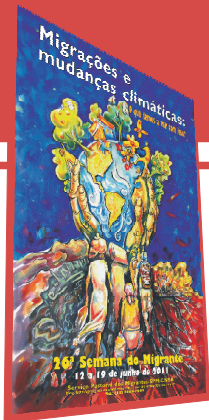


Texto Base

26ª Semana do Migrante

12 a 19 de junho de 2011



“Migrações e Mudanças Climáticas: o que temos a ver com isso?”

Dom Demétrio Valentini
Presidente do SPM

Também neste ano de 2011, a Semana do Migrante acolhe e faz repercutir o tema da Campanha da Fraternidade deste ano – A Vida no Planeta – com seu lema: “A criação geme em dores de parto”.

Como provocação, a Semana do Migrante parte de um dos sintomas da crise ambiental, as mudanças climáticas, e nos interpela com a pergunta: “o que temos a ver com isso?”

E logo podemos constatar: temos tudo a ver. E elas têm tudo a ver com o que anda acontecendo como manifestações evidentes da natureza, que nos causam preocupações, pela intensidade dos fenômenos verificados ultimamente. Basta recordar a virulência do terremoto no Japão, o tamanho dos desastres com os deslizamentos provocados pelas chuvas torrenciais, fora de medida, não só no Rio de Janeiro mas em tantos outros lugares do Brasil.

As mudanças climáticas nos trazem preocupações, que se baseiam em cima de constatações, que por sua vez levantam diversas interrogações, levando a diversos consensos que apontam para atitudes práticas que precisamos assumir de maneira mais consciente e organizada.

Começamos a nos perguntar se este aparente desequilíbrio da natureza vai se agravar, a ponto de comprometer a vida em nosso planeta.

Começamos a nos dar conta de quanto a vida humana depende das condições do nosso planeta. Algumas constatações são mais mensuráveis como, por exemplo, o lento mas crescente aquecimento global. Outras não são tanto mensuráveis, como as mudanças climáticas, mas são intuídas bem claramente por todos.

Essas constatações levantam interrogações muito amplas, seja quanto às causas verdadeiras das mudanças climáticas, seja quanto às conseqüências que terão para o futuro do nosso planeta.

Mesmo que as mudanças que estão ocorrendo possam ser assimiladas por nosso planeta, que já tem uma longa história de cataclismos que a ciência já descobriu, é fácil constatar alguns consensos apontados pela Campanha deste ano.

Um deles diz respeito à evidente influência da ação humana nas condições de vida do planeta. Podemos agir a favor, ou contra a vida em nosso planeta. Basta constatar como é rápida a contaminação dos rios, causando mortandades assustadoras de peixes e de outros seres vivos. Esta constatação fica agravada quando percebemos como é limitada a quantidade de água doce, indispensável para todo o sistema vital. Daí resulta um consenso ético que pode ir se firmando cada vez mais: nossas atitudes precisam estar de acordo com a dinâmica da vida no planeta.

A partir disto, somos convidados a elencar iniciativas simples, mas práticas e concretas, que expressem o cuidado com a vida em nosso planeta.

A Semana do Migrante quer estimular esta reflexão, colocando o tema na perspectiva das migrações. Pois dependendo do rumo que tomarem, as mudanças climáticas podem desencadear novos fluxos migratórios, de vítimas das mudanças climáticas, forçadas a migrar em busca de sua sobrevivência.

O convite está feito, para ser respondido em mutirão na Semana do Migrante!

Olhando as Consequências

A degradação ambiental e as mudanças climáticas alcançam, atualmente, níveis críticos, tendo como uma das principais consequências a migração interna e internacional. Em 1995, existiam cerca de 25 milhões de “migrantes climáticos”. Hoje, estima-se em 50 milhões de pessoas e as projeções, para o ano 2050, são de 200 milhões e 1 bilhão de pessoas que serão deslocadas devido às mudanças climáticas. Isto provocará mais disputa por espaço, alimento e água e, também, o rechaço a estes migrantes ambientais. Entre os anos 2000 e 2004, cerca de 262 milhões de pessoas foram afetadas por desastres climáticos, sendo que 98% destes viviam em países em desenvolvimento (PNUD, 2008).

As catástrofes se multiplicam por todo o planeta. Algumas são avassaladoras, tais como terremotos, furacões, tornados, tufões, inundações, tsunamis que tudo varrem e devastam... Outras, avançam silenciosamente: é o caso das secas ou estiagens prolongadas, da progressiva desertificação do solo, do desaparecimento de rios perenes, que se tornam temporários... A ação humana na devastação das florestas compromete os biomas e causa o desequilíbrio dos ecossistemas... A contaminação crescente do ar, pela emissão de gás carbônico ou outras formas de poluentes, contribui para o aquecimento global, para o degelo dos pólos e das montanhas, para a elevação do nível dos oceanos e para a destruição da camada protetora de ozônio... Por fim, a poluição dos rios, lagos e mares, deixa as águas cada vez mais impróprias para o consumo, reduzindo cada vez mais a quantidade de água potável sobre a face da terra...



Foto: Ozânia – Dique Santo Antônio, Rio Madeira a dez quilômetros de Porto Velho/RO

Enquanto, de um lado, muitos recursos naturais são irresponsavelmente utilizados e desperdiçados em função do lucro; de outro, a pobreza, a miséria e a fome ainda afetam cerca de um bilhão de seres humanos em todo mundo. Pior ainda se olharmos as coisas do lado da biodiversidade, isto é, da vida em suas diversas formas. Crescem a ameaça e o desaparecimento puro e simples de várias espécies da fauna e da flora. Cada forma de vida que desaparece diminui a capacidade humana de sobrevivência sobre o planeta.

Mas as primeiras vítimas são as populações que habitam os lugares mais vulneráveis a deslizamentos, enchentes, inundações, etc. Não possuem condições econômicas para escapar à ameaça crescente. Enquanto os poderosos tomam conta dos locais mais protegidos, sobra para os pobres os mangues, a beira dos rios, as periferias urbanas, cujas moradias não resistem à fúria dos desequilíbrios ambientais provocados.

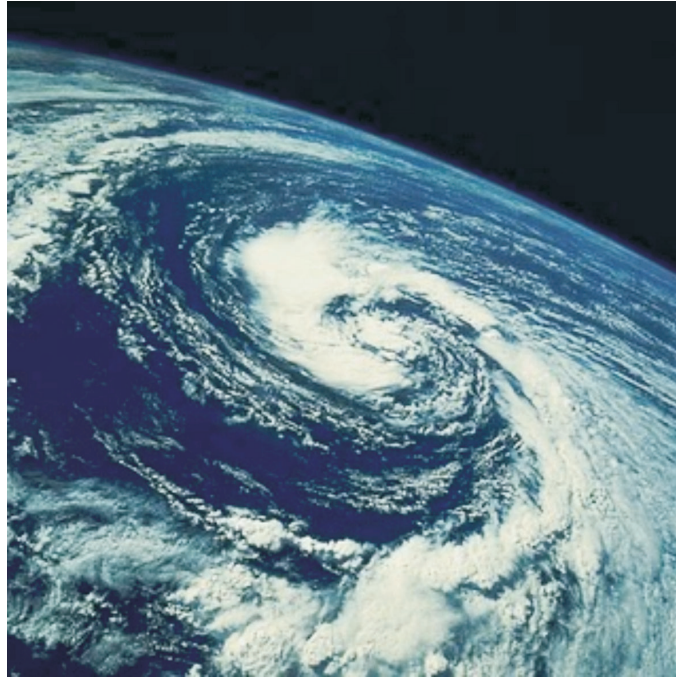
Este modelo de desenvolvimento, produz o caos ambiental, permite aos Estados e às transnacionais super-explorarem os recursos naturais, degradando o meio ambiente e forçando o deslocamento de pessoas e famílias. Exemplo disso são os mega projetos que destroem recursos naturais do solo, fauna e flora locais (como o agro-negócio, a mineração e a construção de hidrelétricas), e que acontecem, inclusive, com o financiamento público, via BNDES.

Outras consequências resultantes da migração forçada, por causas climáticas, são a desorganização dos sistemas de produção (afetando aos camponeses, povos indígenas, pescadores artesanais, entre outros) e o enfraquecimento do mercado interno. O deslocamento significa para muitos perder vínculos ancestrais com seus territórios e ser forçado a adotar uma forma de vida completamente diferente. Os deslocamentos em grande escala de populações poderiam redesenhar o mapa étnico de muitos países, encurtando a distância entre grupos que antes

viviam separados, e obrigando-os a competir pelos mesmos recursos. Devemos mencionar que esta situação é ainda mais grave para os grupos específicos dentro da população migrante, como é o caso das mulheres, especialmente as indígenas, crianças e adolescentes.

O cenário futuro é preocupante: o aumento do nível do mar afetará as zonas costeiras ao largo do mundo, deixando sem lar e sem formas de produção e reprodução a milhões de pessoas. Isto implica em perder a própria soberania

alimentar e política. Os combustíveis fósseis estão sendo desastrosos para o planeta. Por sua vez, a mera substituição destes por agrocombustíveis também não soluciona o problema pois promove a especulação agrária e a expansão de suas áreas de plantio, em lugar dos alimentos. É o caso do Brasil, o segundo produtor mundial de etanol. De outro lado, a energia nuclear, representa séria ameaça ao meio ambiente e a todas as formas de vida, seja pelos riscos de acidentes como pela produção de lixo radioativo. Veja-se o recente acidente nuclear do Japão que forçou o deslocamento de milhares de pessoas.



planeta. O clima, os padrões globais de produção e consumo e a intolerância cultural são marcas fortes do novo milênio, que já começou.

E mais, é doloroso constatar que a mobilidade de massas humanas, marginalizadas e errantes, que se locomovem em busca de um lugar para viver e morrer, não encontra guarida nos Direitos Humanos.

Migrantes “econômicos” e “climáticos” são pessoas que sofrem violações aos direitos humanos, agravamento das desigualdades e empobrecimento, em escala global.

O atual modelo de desenvolvimento capitalista, que prega o crescimento ilimitado, acelera a desigualdade social e viola um direito humano básico: o direito das pessoas e povos a não ser forçado a migrar e a ficar em seu território. Nas cidades, os migrantes que chegam ocupam postos de trabalho com baixos salários e em condições de exploração, sem acesso aos direitos básicos de moradia, saúde e educação. Fragilizados, estes homens e mulheres migrantes são, muitas vezes, aliciados por redes do tráfico e contrabando de pessoas. Para barrar os migrantes, os Estados militarizam suas fronteiras e atuam na sua criminalização, institucionalizando o maltrato e aumento da discriminação, como se estes não tivessem direitos a ter direitos.

As catástrofes, em sua maioria, não são “naturais” mas se originam da agressividade do “progresso técnico” sobre o sistema ecológico. Isto se acelera com a chamada Revolução Industrial, com a queima de combustíveis fósseis (carvão, gás e petróleo), a derrubada das matas nativas e a quantidade de dejetos que são jogados no solo e na água. A busca de novas matérias primas e de novos mercados, numa frenética disputa de exploração global por parte de conglomerados de empresas e governos ocasionou e segue ocasionando desequilíbrios cada vez mais acentuados nos

JULGAR



Causas

São muitos e variados os gritos dos excluídos urbanos e rurais, são centenas de milhões de gritos dos cinco continentes. Gritos de todos os tamanhos, dores e cores. Gritos que não acordam os que dormem em berço esplêndido. Gritos silenciosos de bocas sem força. Gritos que não querem calar e ainda assim ecoam ao vento, que também grita a seu modo, dotando de febre o

ecossistemas, semeando o medo e a insegurança, levando pessoas, famílias e povos inteiros à migração forçada.

DENUNCIAR AS FALSAS SOLUÇÕES



Diante dos desastres presentes e os que certamente estão por vir, os detentores do poder político-econômico criam espaços protegidos de prosperidade como se o planeta não fosse morada de todos. Neste pensamento, seria o dinheiro que daria acesso a espaços de segurança e qualidade de vida, ou seja, no mercado a vida por excelência seria para alguns.

Grandes empresas, por sua vez, tentam incorporar o discurso ecológico, sem tocar no sistema e suas injustas relações. Colocam a solução somente no consumidor

individual, o qual “deve fazer a sua parte”, e não na mudança coletiva. A verdadeira solidariedade não cabe neste modelo do “cada um pra si” e “salve-se quem puder”.

Países ricos transferem indústrias poluentes para países periféricos. Igualmente transferem seus lixos tóxicos, de forma clandestina, a troco de dinheiro. Mas não querem receber os imigrantes, tratados como lixo humano sem direito à cidadania básica.

Os planos de adaptação e desenvolvimento estão sendo desenhados para expedir sementes transgênicas, controlar as fontes de água e os bosques, reduzir os direitos territoriais e aumentar o endividamento externo.

O Acordo de Copenhague estabeleceu continuar com o Protocolo de Kioto, com responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os países, no reconhecimento que o aumento global da temperatura não pode superar aos 2° C – mas não estabelece como serão alcançados estes objetivos.



BIOMAS

Amazônia - considerando a fragilidade de seus solos, lembramos atividades como a pesca, o extrativismo, o manejo florestal e demais atividades que respeitem o ambiente em que vivem indígenas, ribeirinhos e migrantes em geral;

Caatinga - encontramos o semi-árido com uma rica biodiversidade, com ervas medicinais, forragens para animais silvestres e domesticados, flores para abelhas e árvores frutíferas. A proposta é conviver com o semi-árido, com tecnologias apropriadas, cisternas, educação contextualizada. Pois o problema é “a cerca e não apenas a seca”;

Pantanal - a população pantaneira, incluindo povos indígenas, quer pescar, cultivar seus animais e proteger a beleza deste ambiente, contra um “ecoturismo” predatório e o agro-negócio;

Mata Atlântica - onde vivem cerca de 120 milhões de pessoas. É dever das autoridades combater a especulação imobiliária e devastação das áreas de risco e encostas;

Cerrado - vemos populações sofrendo impactos da pecuária extensiva, soja, eucalipto, entre outros. Sofrem os piquizeiros, geraizeiros, quilombolas,

(Fonte: Instrumento de Trabalho – Na construção do Brasil que queremos)



Três textos bíblicos podem iluminar na reflexão sobre o tema do meio ambiente e migração. No primeiro caso, tomemos o Livro de Gênesis. Nele, o arco-íris constitui o sinal da aliança de Deus com seu povo e também “todos os seres vivos” e “todas as gerações futuras”. A biodiversidade e a preocupação com a vida sem fim encontram-se no coração dessa mística que tem como fundamento a experiência do êxodo. A aliança é estabelecida entre Deus e o povo, e também em nome de “todo ser vivo que se move na face da terra” (Gn 9, 12-17).

O projeto de devastar, violar e extrair capital sobre capital da face do planeta contrasta, frontal e radicalmente, com a aliança que Deus estabelece com o seu povo. A experiência de Deus, vivenciada por esse povo de caminhantes, leva em conta o cuidado e a preservação da vida em todas as suas formas.

No segundo texto, na Carta aos Romanos, o apóstolo Paulo diz que “a criação foi submetida à vaidade”, mas insiste sobre “a esperança de que ela também será libertada da escravidão e da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus”.

No terceiro texto, no livro do Apocalipse, o autor diz: “vi então um novo céu e uma nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra se foram. Nisto ouvi uma voz forte que dizia: ‘eis a tenda de Deus com os homens. Ele habitará com eles; eles serão o seu povo, e ele, Deus-com-eles, será o seu Deus. Ele enxugará toda lágrima de seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim, as coisas antigas se foram” (Ap 21,1-4).

Quando o autor afirma que “o primeiro céu e a primeira terra se foram”, ou que “as antigas coisas se foram”, tem como referência a lágrima, o luto, o clamor, a dor e a morte. Dominada e explorada pelos seres humanos, ao invés de ser por eles cuidada, a terra se tornou palco de sofrimento e destruição. A convivência pacífica entre as diversas



índios, pequenos agricultores, e migrantes recém chegados. A luta é evitar o desmatamento e cuidar das nascentes e aquíferos;

Pampa - é preciso defender a biodiversidade animal e vegetal, contendo o avanço do pinus, eucalipto, soja, arroz e pastagens predatórias. Em lugar disso, buscar o cultivo agro-ecológico de alimentos saudáveis, através da agricultura familiar.

Zona Costeira - formado por diversos ecossistemas, com a presença de indígenas, sobreviventes do genocídio da colonização europeia,

como o povo Caiçara, formado por indígenas, negros e portugueses empobrecidos. Importante aqui se solidarizar com as comunidades de pescadores/as artesanais;

Mundo urbano - temos um desafio enorme, para que os migrantes, os pobres, tenham direito à cidade e seus serviços. Os mais pobres são empurrados para áreas de risco e mananciais e, por isso, são culpabilizados. No urbano, é preciso potencializar e multiplicar as várias iniciativas de reciclagem e reutilização de produtos, com o envolvimento de grupos de migrantes;



espécies de vida deu lugar ao uso indiscriminado da biodiversidade. Fauna e flora servem à cobiça das nações e dos poderosos. Para garantir o luxo e o desperdício, se destrói e se devasta cada vez mais. Daí a necessidade de “um novo céu e uma nova terra”.

AGIR

Diante do que vimos, com um modelo destruidor do planeta e gerador de migração econômico-climática, cresce a consciência de que é necessário atuar com urgência. Por isso, apresentamos, a seguir, uma síntese das dez propostas da Conferencia Mundial de Cochabamba, Bolívia, 2010, importante referencial de atuação em âmbito latino-americano e caribenho:

Propostas

1. Exigir que os convênios internacionais, tanto os que estão no marco da ONU ,através de protocolos complementares ou reformas alternativas, quanto os subscritos em outros espaços, como a ALBA (Aliança bolivariana para as Américas), UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) ou na Comunidade dos Estados de América Latina e Caribe, contemplem a definição de migrantes climáticos, tanto pessoas como comunidades, de modo que todos os Estados do mundo garantam seus direitos;

2. Elaborar políticas globais e locais frente às mudanças climáticas que incorporem e respeitem a participação democrática de todos os países e a ampla participação dos povos e territórios envolvidos na defesa de suas comunidades e os direitos da Mãe Terra;

3. Exigir modelos políticos, econômicos, sociais e culturais que respeitem nossos direitos de ir e vir, a não ter que migrar, resgatando a sabedoria e o conhecimento dos nossos antepassados, para criar

formas de vida que impliquem respeito e harmonia com a Mãe Terra;

4. Promover um tratado dos direitos humanos dos/das migrantes climáticos, aplicável e reconhecido em âmbito global, de forma que tenham os mesmos direitos e obrigações dos/das cidadãos do país de destino;

5. Criar um espaço ou organismo internacional dos povos que fomente a investigação permanente sobre a situação política, social, cultural e econômica dos/das migrantes climáticos;

6. Exigir a criação de um fundo econômico, financiado principalmente pelos países ricos e as grandes empresas transnacionais, principais causadores das mudanças climáticas, destinando a atenção aos/as migrantes climáticos internos e externos. Que este fundo seja administrado pelo Tribunal de Justiça Climática, ou outro espaço construído pelos povos e pelas comunidades afetadas;

7. Transferência de tecnologia desde os países do capitalismo central como pagamento da histórica dívida climática e que seja compatível com os direitos da Mãe Terra;

8. Criar uma Comissão dos Povos para a implementação e acompanhamento dos acordos adotados nesta Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra;

9. Apoiar a constituição de um Tribunal Internacional de Consciência para denunciar, visibilizar, documentar, julgar e castigar as violações dos direitos dos/das migrantes, refugiados, deslocados nos países de origem, trânsito e destino;

10. Respeitar o direito à consulta prévia e livre consentimento das comunidades que, em consequência dos

desastres ambientais se vejam na necessidade de migrar. Respeitar o direito das comunidades e povos a não migrar e a não ser deslocados forçosamente de seus territórios por práticas de desalojamento exercidas pelo Estado, empresas transnacionais e outros atores armados.

(Quais destas propostas nosso grupo ou comunidade pode escolher como compromisso? Quais outras propostas queremos trazer?)

A Semana do Migrante é um momento de aprofundar nossa presença pastoral junto às populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório e apoiá-las em seus esforços para alcançar a equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos.

Com estas populações apontamos algumas alternativas:

- um desenvolvimento sustentável; a tecnologia de ponta deve estar a serviço de uma melhor distribuição dos benefícios do progresso e dos bens que a terra contém;

- uma economia solidária como única alternativa às leis duras do mercado total;

- potencializar as várias iniciativas de reutilização e reciclagem que já se desenvolvem e multiplicar outras, com o envolvimento dos grupos de migrantes;

- criar um estatuto de migrantes climáticos com o objetivo de responsabilizar a comunidade internacional sobre deslocamentos humanos por motivos climáticos.

- exigir o pagamento das dívidas climáticas dos países industrializados e o fim dos Tratados de Livre Comércio que destroem a capacidade dos estados de aplicar políticas públicas em benefício de seus povos.

Algumas definições:

Refugiados climáticos:

Aquelas pessoas que se veem obrigadas a fugir por motivos climáticos. Embora não exista no direito

internacional e, de maneira particular, no Estatuto de Genebra, é necessário inserir esta categorização para que os Estados causantes assumam suas responsabilidades. Esta consideração vai na mesma linha da que o relator especial para o direito à Alimentação, Jean Ziegler, no seu informe de 2007, assinala: existe pouca diferença entre uma pessoa que faz frente à morte por inanição e outra ameaçada por uma execução arbitrária por suas convicções políticas. Ele propõe criar um novo instrumento jurídico para proteger estas pessoas, reconhecendo como “refugiado da fome”, de modo que não sejam devolvidos ao país onde a fome e as carências ameaçam suas vidas.

Deslocados climáticos:

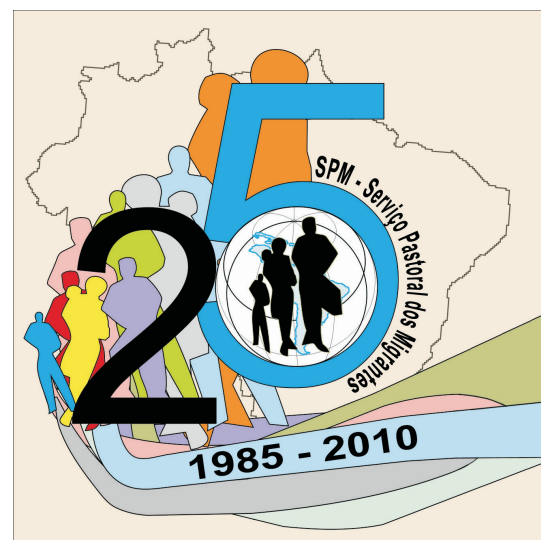
Aquelas pessoas que são forçadas a migrar por razões de mudanças climáticas, tanto dentro como fora do país. É urgente a necessidade de se criar um status jurídico para proteger as pessoas que se encontram nesta situação, dado que o direito internacional, até a presente data, somente reconhece as figuras de migração e refúgio sem incorporar as pessoas deslocadas devido a mudanças climáticas.

Fontes para a elaboração deste texto:

Gonçalves cs, Alfredo J. “Mudanças Climáticas e Migração”, 2010; Neto, Paulo Sousa e Alves, Frei José Fernandes, “Ecologia e Direitos Humanos”, 2010;

Gainza, Patricia P., Migración y Desplazamiento Humano frente a los Impactos adversos Del cambio climático y La gestion de desastres, ESF, Montevideo, Uruguai, 2010; Conclusões finais do Grupo de Trabalho 6 – Mudança Climática e Migrações – in Conferencia Mundial de Pueblos sobre El Cambio Climático y los Derechos de La Madre Tierra – Cochabamba, Bolívia, abril 20 a 22 de 2010;

Poletto, Ivo, La Iglesia y el calentamiento global, México, 2010;



“UM NOVO CÉU E UMA NOVA TERRA”

A frase da Carta de São Paulo aos Romanos – ‘a criação geme em dores de parto’ (Rm 8,22) – foi lema da Campanha da Fraternidade de 2011, que teve como tema *Fraternidade e a Vida no Planeta*. A 26ª Semana do Migrante neste ano retoma essa temática, sob a ótica migratória, na esperança de que os sonhos e lutas dos migrantes, como formas de ‘dores de parto’ nos conduzam cada vez mais à Jerusalém celeste, simbolizada na expressão ‘novo céu e nova terra’ (Ap 21, 1).

O planeta, como habitação da vida, está enfermo. Está em perigo o equilíbrio dos ecossistemas e a biodiversidade a eles vinculada. Tudo leva a crer que a ligação entre as crescentes catástrofes (nada naturais!) e os deslocamentos humanos só tende a estreitar-se cada vez mais. O número dos que hão de migrar por causa de inundações, terremotos, furacões, tsunamis, tornados, estiagens, e assim por diante, tende a engrossar o rio mundial e caudaloso da migração forçada.

Pe. Alfredo José Gonçalves, c.s.

DECÁLOGO DA NATUREZA

1. Lembra-te com humildade que a Terra, como todas as outras criaturas, foi-te confiada por Deus para que tu vivas e conheças, partilhes e ames, louvando o Senhor.
2. Sê obediente às leis da Criação sem as sujeitares aos teus interesses. Procura conhecê-las sempre mais e põe-nas em prática respeitando as normas eternas da ética cristã.
3. A Terra com todas as criaturas, é o teu único ambiente de vida: não tens outro. Faz com que os governantes por ti eleitos nunca o esqueçam.
4. Que a tua conduta, em todas as ocasiões, inspire o respeito para com a Criação. Educa, neste sentido, os teus filhos.
5. Trabalha para que o teu comportamento e o da sociedade respeite a vida em todas as suas manifestações. E na tua actividade tem cuidado com todos os seres vivos.
6. Não poluas o ar, nem a água, nem a terra. Exige que a produção e o progresso aconteçam dentro das linhas correctas de desenvolvimento substancial.
7. Cuida, através do teu trabalho, da Criação que te foi confiada. Diversifica e transforma o resíduo produzido.
8. Não consumas inutilmente para que cada Irmão possa partilhar todos os bens da Criação.
9. Não delegues em outrem o que podes fazer. E nunca esqueças que amar a Deus e ao próximo é o maior mandamento.
10. ... (a ser redigido por ti!)

(Fonte: Igreja Anglicana – Portugal)

SPM - SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES
Rua Caiambé, 126 - Ipiranga
São Paulo/SP- 04264-060
Tel.: (11) 2063-7064
e-mail: spm.nac@terra.com.br
blog: www.spmigrantes.wordpress.com